



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PROEAD – PRÓ-REITORA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA.
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

DYALA LIMEIRA VILAR

POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL.

CAMPINA GRANDE-PB

2021

DYALA LIMEIRA VILAR

**POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado, ao Curso Gestão Pública – EAD, da Universidade Estadual da Paraíba-PB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Área de concentração: Políticas Públicas e Turismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Gêuda Anazile da Costa Gonçalves

CAMPINA GRANDE-PB

2021

V697p Vilar, Dyala Limeira.
Políticas públicas e turismo [manuscrito] : uma análise sob
a ótica do desenvolvimento sustentável local / Dyala Limeira
Vilar. - 2021.
22 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em
Gestão Pública - Tecnológico) - Universidade Estadual da
Paraíba, EAD - Campina Grande , 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Gêuda Anazile da Costa
Gonçalves , Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação
à Distância."

1. Políticas Públicas. 2. Sustentabilidade Local. 3. Turismo.
I. Título

21. ed. CDD 320.6

DYALA LIMEIRA VILAR

**POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado, ao Curso Gestão Pública – Ead, da Universidade Estadual da Paraíba-PB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Área de concentração: Políticas Públicas

Aprovada em: 06/09/2021.

BANCA EXAMINADORA:

Gêuda Anazile da Costa Gonçalves

Prof^a. Dr^a. Gêuda Anazile da Costa Gonçalves (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Larissa Ataíde Martins Lins Bezerra

Prof^a. Dr^a. Larissa Ataíde Martins Lins Bezerra

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Lucinei Cavalcanti

Prof^o. Me. Lucinei Cavalcanti

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 BASES TEÓRICAS DE SUPORTE AO TRABALHO	8
2.1 Evolução Histórica do Turismo.....	8
2.2 Impactos da Atividade Turística	9
2.3 Planejamento Turístico	11
2.4 Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável Local.....	12
2.5 Desenvolvimento Sustentável Local – DSL.....	17
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	19
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS.....	22

POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL.

PUBLIC POLICIES AND TOURISM: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF LOCAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT.

Dyala Limeira Vilar

RESUMO

A atividade turística tem apresentado, nas últimas décadas, crescimento expressivo, e ocupado espaço importante na economia brasileira. Não obstante, observa-se uma preocupação crescente, por parte de estudiosos da área, quanto a falta de alinhamento entre as políticas públicas de fomento ao turismo e as que tratam do desenvolvimento sustentável local. Nesse contexto, aprofundar o conhecimento sobre o tema é essencial para a melhor tomada de decisão dos gestores públicos e privados. Dessa forma a pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre as teorias que tratam das políticas públicas de fomento ao turismo e as que abordam o desenvolvimento sustentável local. Para o alcance do objetivo proposto foi realizada uma pesquisa bibliográfica onde foram consultados livros, periódicos, artigos, entre outras fontes. A partir da análise foi possível observar que a relação entre as políticas públicas de fomento ao turismo e as que tratam do desenvolvimento sustentável local, é frágil e precisa ser fortalecida no intuito de tornar a atividade sustentável em médio e longo prazos.

Palavras-chave: Turismo; Políticas Públicas; Sustentabilidade Local.

ABSTRACT

The tourist activity has shown, in the last decades, expressive growth, and occupied an important space in the Brazilian economy. Nevertheless, there is a growing concern on the part of scholars in the area about the lack of alignment between public policies to promote tourism and those dealing with local sustainable development. In this context, deepening knowledge on the subject is essential for better decision-making by public and private managers. Thus, the research aimed to analyze the relationship between theories that deal with public policies to promote tourism and those that address local sustainable development. To achieve the proposed objective, a bibliographical research was carried out, where books, periodicals, articles, among other sources were consulted. From the analysis, it was possible to observe that the relationship between public policies to promote tourism and those dealing with local sustainable development is fragile and needs to be strengthened in order to make the activity sustainable in the medium and long term.

Keywords: Tourism; Public policy; Local Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

O turismo é um dos setores responsáveis para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental das cidades. Pensar as atuais realidades interpretativas do turismo, significa ver seus diferentes fatos e percepções. Por ser uma das atividades que mais se desenvolveu nos últimos tempos, no mundo inteiro o turismo tem sido visto como um indutor ao avanço da economia e ao desenvolvimento das cidades.

O setor de turismo compreende as atividades realizadas durante viagens e estadias em lugares diferentes do entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios, entre outras.

Vieira (2011), aponta que o Ministério do Turismo (MTur) é o órgão federal responsável pela formulação de políticas públicas para o fomento das Atividades características do Turismo (ACT's) como: transportes (ferroviário, rodoviário, aéreo e estruturas relacionadas), hotéis e similares, agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas, etc.

Consolidar o turismo como uma atividade econômica sustentável, é o desafio dos gestores públicos, que ao incentivarem, através da atividade turística, a geração de emprego e renda, devem ter como meta impactar positivamente as demais dimensões do desenvolvimento sustentável.

Segundo Pimenta (2006), a estratégia de desenvolvimento local sustentável se propõe a, além de desenvolver os aspectos produtivos, potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais que constroem o bem-estar da sociedade.

Conforme Dias (2012), as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo impactam atividades associadas ao setor, como: serviços de alimentação, locação de veículos e organização de eventos.

Dessa forma, a estratégia de desenvolvimento local sustentável é um processo que enfatiza a mobilização de recursos latentes (não diretamente observável) na região, privilegia o esforço de dentro para fora, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, os órgãos responsáveis por administrar as políticas de fomento ao turismo, devem direcionar atos que viabilizem ações e parcerias estratégicas que estabeleçam os rumos da atividade e o papel dos envolvidos,

levando em consideração as peculiaridades locais e os objetivos de desenvolvimento.

Corroborando com o exposto, Beni (2003) afirma que os benefícios do fomento às atividades turísticas são sentidos também na área econômica e social por valorizar atributos locais como elementos que compõem a paisagem (rios, vales, cachoeiras, cânions, corredeiras morros, picos, escarpas) e a cultura local (manifestações populares, festas, artesanato, gastronomia, arquitetura local, história, lendas dentre outros) agregam valor às localidades e promovem o desenvolvimento local.

Nesse sentido, questiona-se: Qual a relação entre as teorias que tratam das políticas públicas de fomento ao turismo e as que abordam o desenvolvimento sustentável local?

O presente artigo tem como objetivo: Analisar a relação entre as teorias que tratam das políticas públicas de fomento ao turismo e as que abordam o desenvolvimento sustentável local.

O que motivou a escolha do assunto foi conhecer melhor o mesmo e contribuir com as políticas de descentralização e de gestão compartilhada, promovendo o desenvolvimento das políticas públicas de fomento ao turismo e as que abordam a sustentabilidade local.

O trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: Introdução, onde encontra-se a contextualização do tema, a justificativa, a questão-problema e o objetivo da pesquisa. Bases Teóricas de Suporte ao Trabalho, onde são apresentadas as teorias que embasam o estudo. Considerações Finais, onde são resgatados o objetivo de pesquisa e a teoria que embasa a temática, para apresentar os resultados obtidos. Por fim, encontram-se o Referencial utilizado para elaboração deste ensaio.

2 BASES TEÓRICAS DE SUPORTE AO TRABALHO

2.1 Evolução Histórica do Turismo

Na antiguidade, o turismo era praticado somente pelas pessoas de grande poder aquisitivo, que dispunham de maior tempo livre. Este tipo de turismo era chamado de Grand Tour.

No decorrer do tempo é possível observar um avanço da atividade turística, devido ao avanço da tecnologia e às mudanças no sistema de trabalho, que permitiam maior agilidade nos processos e maior tempo livre aos trabalhadores que acessaram direitos como férias remuneradas, fatores que permitiram que o turismo se desenvolvesse enquanto atividade, pois esta classe de pessoas agora teria mais tempo e recursos financeiros disponíveis para a prática do lazer (DIAS, 2008, 25).

Nesse contexto, o turismo passou a ser visto como um fenômeno social, pois cada vez mais pessoas começaram a deslocarem-se, motivadas pelas facilidades oferecidas pelo setor. Com isso, acontece a massificação da atividade turística que acaba por degradar e prejudicar as destinações, pela concentração acentuada de visitantes em uma mesma localidade, esgotando muitas vezes os recursos turísticos da localidade.

Dessa forma, podemos constatar que desde a modernização da tecnologia o turismo vem apresentando um crescimento bastante relevante, que contribui para o econômico das localidades que tem como base esta atividade.

Com a globalização esta atividade obteve um crescimento ainda maior, o que contribuiu para o aperfeiçoamento e criação de novos produtos e instalações turísticas, bem como o desenvolvimento de novas destinações (BENI, 2003, 110).

O setor turístico tende a crescer progressiva e continuamente, transformando-se assim, em uma das principais atividades da economia mundial. Para a sociedade, a grande contribuição deste setor se dá na geração de empregos, construção de uma infraestrutura para o turismo, que serve também para a comunidade local, preservação da história e da cultura das localidades, além de um aumento significativo na renda da população das cidades, o que contribui para melhoria da qualidade de vida.

Entretanto, como qualquer outra atividade, o turismo também pode repercutir negativamente nos locais onde se desenvolve, caso seja mal administrado.

2.2 Impactos da Atividade Turística

Quando o assunto é gestão do turismo, um dos fatores fundamentais para o sucesso desta atividade é o planejamento, pois através dele o turismo passa

a ser pensado para uma determinada localidade, levando em conta as suas mais diversas características.

Segundo (DIAS, 2008) dentre os problemas relacionados a falta de planejamento para o turismo, encontra-se a priorização da atividade turística, em detrimento de outras, isso ocorre e gera problemas econômicos para as localidades tendo em vista a sazonalidade típica da atividade turística.

No campo social o choque causado pelas diferenças culturais, pode causar desconforto à comunidade local, levando-a a questionar os benefícios da atividade turística, ou promovendo a descaracterização da comunidade local, que passa a imitar o comportamento dos turistas, perdendo a sua identidade, que é um grande atrativo para o turista (DIAS, 2008, 47).

Nesse contexto, entende-se que o turismo tem um importante papel no campo econômico, cultural e na troca social. Por este motivo é de fundamental importância conhecer as percepções e atitudes dos residentes em localidades turísticas acerca dos impactos gerados pelo turismo em seus lugares de residência.

No campo cultural existe um grande problema relativo à venda de materiais artesanais, obras de arte, que podem ser rebaixados a simples objetos a serem comercializados, e perderem a sua verdadeira significação cultural para a localidade. Da mesma forma acontece com a cultura imaterial, ou seja, as danças, festas, que podem passar a ser modificadas levando em conta a movimentação de turistas na região, perdendo o seu sentido e a sua singularidade para o local. (DIAS, 2008, 53).

Tomando como norte o que diz DIAS, (2008, p. 53), afirmamos que uma das soluções para a problemática relativa a venda de matérias culturais é analisar o patrimônio cultural como uma categoria de pensamento, refletindo sobre as limitações e as possibilidades que essa noção oferece à vida social e cultural de determinado grupo.

No campo ambiental turismo pode causar impactos ambientais em todos os recursos naturais, a água, a terra, as florestas, os animais silvestres, as plantas de modo geral, a paisagem; quando não bem dimensionados, podem tornar-se irreversíveis, prejudicando a comunidade residente atual e as gerações futuras que terão prejudicada sua qualidade de vida (DIAS, 2008, p. 62).

Dessa forma, podemos afirmar que, quando mal administrada, a atividade turística promove mais efeitos negativos que positivos, provocando danos, muitas vezes, irreversíveis à localidade. Nesse sentido, a gestão compartilhada

do turismo - gestores públicos, empresários e comunidade local – pode viabilizar a atividade turística associada aos ganhos do desenvolvimento sustentável.

Os aspectos positivos que o turismo pode gerar, quando bem planejado, são tão relevantes para o desenvolvimento social, cultural e, sobretudo, econômico das localidades, que, na maioria das vezes, os riscos ligados ao desenvolvimento das atividades turísticas são minimizados, e administráveis. (DIAS, 2008, 85).

Sendo assim, é preciso se ter um planejamento adequado para que a atividade turística venha ter sucesso.

A atividade turística pode impulsionar o desenvolvimento local através da captação de divisas; da geração de emprego e renda; da exploração consciente dos recursos renováveis; do resgate e valorização das tradições e costumes; da distribuição de renda; dentre outros.

2.3 Planejamento Turístico

A gestão profissional do setor de turismo, minimiza os riscos e maximiza as potencialidades da área. Nesse sentido, pode-se afirmar que é possível vislumbrar um desenvolvimento com bases sustentáveis para a atividade turística, desde que o investimento em planejamento, desenvolvimento e avaliação sejam constantes e sistematizados.

BARRETO (2002:12) afirma:

O planejamento é uma atividade, não é algo estático, é um devir, um acontecer de muitos fatores concomitantes, que têm de ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo. Sendo um processo dinâmico, é lícita a permanente revisão, a correção de rumos, pois exige um repensar constante, mesmo após a concretização dos objetivos.

Para que o planejamento seja efetivo, necessário se faz a participação do poder público, da iniciativa privada e, da comunidade como um todo. A construção coletiva da proposta gera maior envolvimento das partes e eleva as possibilidades de êxito dos projetos individuais e coletivos.

“O planejamento do turismo deve considerar todas as formas possíveis de contribuição ao bem-estar dos moradores e desenvolvimento integral do destino” (PETROCCHI, 2009, p. 2).

Ao perceberem que os ganhos são superiores as possíveis perdas, a comunidade local tende a se engajar no processo de desenvolvimento da atividade turística, tornando-se o principal agente de transformação do setor, que para se manter deve vislumbrar mais crescimento econômico, e lutar pela preservação dos recursos turísticos, para que sejam garantidos às futuras gerações.

Colaborando com o exposto, Cruz (2000), enfatiza que a política pública é o vetor de direcionamento do processo de planejamento, sendo um instrumento e resposta do poder público aos efeitos negativos do desenvolvimento.

2.4 Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável Local

A Política Pública, segundo Dias e Matos (2012) e Zamot et al (2009 apud Zapata, 2003) está inserida no campo de estudo da Ciência Política, e diz respeito às decisões do governo com vistas ao atendimento das necessidades coletivas.

Sendo assim, é da alçada da Política Pública mitigar os impactos gerados em virtude das inúmeras diferenças existentes na sociedade. Devido ao rápido crescimento do turismo, em especial nas últimas décadas, houve uma maior preocupação com o setor por parte do poder público, que passou a desenvolver políticas de regulamentação e incentivos à atividade turística. (DIAS, 2012, 92).

Beni (2003, p.101) afirma:

Para que haja o fortalecimento da atividade turística devemos entender por política de turismo o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país, determinando as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado.

Como afirma VIEIRA (2011, p. 20), cabe ao Estado primar pelo planejamento e por todos os outros fatores essenciais ao desenvolvimento do turismo, em cooperação com a iniciativa privada para alcançar um bom desenvolvimento da atividade turística.

Para que haja o desenvolvimento satisfatório das políticas públicas de turismo é preciso avaliar e monitorar as ações, no setor de turismo. Avaliação e monitoramento são fundamentais na medida em que:

Avaliam o grau de necessidades políticas e intervenções do governo; Possibilitam o teste de hipóteses referentes ao funcionamento do processo, a natureza dos resultados e a eficiência dos programas; Especificam sobre resultados e impactos da política; Medem a eficiência e relação custo-benefício das políticas e planos de turismo em termos dos recursos financeiros, humanos e de capital. (HALL,2004, p. 57).

As políticas públicas são essenciais para o sucesso do setor turístico, pois estabelecem regras e diretrizes a serem cumpridas a longo e médio prazos; o que viabiliza a execução de programa, projetos e ações em âmbito local.

A política pública de turismo deve abranger os aspectos culturais, ambientais e sociais, como afirma VIEIRA (2011, p.21):

“A política de turismo deve ser entendida em sua complexa totalidade, agregando todos os seus componentes, afinal a atividade apresenta uma grande diversidade de atuação e as políticas, vale ressaltar, apresentam-se intersetorializadas, cabendo ao Estado a obrigatoriedade de ações de proteção do meio ambiente, preservação do patrimônio e do bem-estar social”. (VIEIRA, 2011, p.21).

No dia 1º de janeiro de 2003 foi criado Ministério do Turismo, órgão responsável pelo cadastro de empresas, agências e trabalhadores do setor turístico brasileiro. Atualmente o Ministério é formado pela Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, e pela EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, anteriormente denominada Empresa Brasileira de Turismo (MTur, 2009).

O governo federal ao criar o Ministério do Turismo, buscou uma nova forma de fortalecer a política direcionada para o setor turístico, desenvolvendo novas diretrizes políticas para a atividade no país. Nessa perspectiva foi elaborado o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) que é um mecanismo de fortalecimento da descentralização das políticas de turismo, visando o desenvolvimento dos municípios agrupados em regiões turísticas, de forma sustentável.

O PRT, procura estruturar e diversificar a oferta turística tendo como objetivos principais: aumentar o número de produtos turísticos de qualidade colocados para comercialização; diversificar os produtos turísticos contemplando nossa pluralidade cultural e diferença regional; diminuir as desigualdades regionais, estruturando produtos em todos os estados brasileiros e Distrito Federal, entre outros. (BRASIL MTUR, 2003).

Sendo assim, o PRT sustentado na gestão compartilhada, participativa e descentralizada, busca a valorização dos recursos e produtos turísticos e a ampliação dos destinos aos turistas, viabilizando o desenvolvimento local sustentável.

Ao descentralizar o controle sobre as políticas públicas, o Governo Federal estimula a inserção e participação de atores sociais no processo de tomada de decisões, contribuindo para o desenvolvimento da própria população local.

A participação das comunidades em assuntos que lhe dizem respeito é uma parte essencial do desenvolvimento humano como um todo. Nesse sentido é que podemos afirmar que a participação é uma parte essencial no desenvolvimento das sociedades humanas (DIAS e MATOS, 2012. p. 160).

Desse modo, a população local tem a oportunidade de exercer sua cidadania, de forma ativa, ao contribuir com seu conhecimento sobre as peculiaridades do município, influenciando diretamente a gestão de políticas públicas de fomento ao turismo.

Beni (2001) afirma que dentre os desafios encontrados para o desenvolvimento do turismo no Brasil, está a qualificação dos profissionais da área, os investimentos financeiros em obras de recuperação de equipamentos turísticos e o fortalecimento de parcerias público-privadas.

Desenvolver o turismo de forma sustentável é um desafio constante, pois o foco no crescimento econômico, muitas vezes visto como desenvolvimento de uma localidade, pode levar a exploração descontrolada de diversos recursos, possibilitando o esgotamento dos recursos naturais, descaracterização cultural e o aumento da desigualdade social.

Para serem consideradas sustentáveis, as políticas de turismo deve ser: economicamente eficientes, socialmente inclusivas às comunidades locais e ecologicamente prudente de maneira a preservar a biodiversidade para as gerações futuras.

Para a OMT, o desenvolvimento do turismo sustentável pode satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, simultaneamente à integridade

cultural e ecológica. Proporcionando benefícios tanto aos anfitriões como aos visitantes.

Sendo assim, e considerando que o turismo é um fenômeno contemporâneo e de natureza complexa, que impacta os setores econômico, social, cultural, ambiental e político, o mesmo pode ser entendido, segundo Dias, 2003, p. 67) como um “importante componente nas equações de desenvolvimento”.

A partir do Século XX o turismo passa a ocupar um espaço diferenciado no mercado mundial, fazendo com que diversos países apostassem suas reservas no setor como diferencial econômico. Mas foi especificamente na década de 1950 que ele evoluiu “projetando-se como um dos mais importantes setores econômicos do mundo” (OLIVEIRA, 2007, p. 193).

Nesse contexto, é possível observar a geração de emprego e renda a partir do aumento do consumo dos produtos turísticos. Neste sentido, (NAJBERG; IKEDA, p. 5, 1999) asseguram: “Todo aumento de demanda corresponde a um aumento de produção, assim qualquer aumento de produção corresponderá proporcionalmente um aumento no nível de emprego”

Forma-se desse modo, um ciclo de crescimento e desenvolvimento por meio da geração de emprego e renda que se dá de forma direta e indireta, via cadeia produtiva do turismo.

Corroborando com o exposto (Lickorish, 2000, p. 132), afirma: “quando um destino é bem-sucedido o gasto dos turistas é amplamente difundido gerando um efeito multiplicador econômico”. O reflexo desse processo é o crescimento econômico, quiçá o desenvolvimento local sustentável.

Podemos afirmar que, o desenvolvimento local sustentável está diretamente ligado a capacidade de suprir as necessidades da geração atual, sem colocar em risco a capacidade de atender as gerações futuras.

O poder público, nesse caso, representado pelos governos federa, estadual e municipal, deve assumir sua responsabilidade, com a formação de lideranças, sensibilização e mobilização das comunidades, e qualificação dos atores sociais e institucionais envolvidos. A parceria público-privado é um

diferencial que impulsiona o desenvolvimento turístico local de forma sustentável.

É importante destacar a regionalização do turismo como política pública que traduz o olhar além do município, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada. A proposta da regionalização do turismo é olhar a região, e não mais o município de forma isolada. Essa visão se alinha às tendências internacionais que buscam um maior aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos a fim de que se possam criar condições e oportunidades para revelar e estruturar novos destinos turísticos qualificados e competitivos.

O Programa de Regionalização do Turismo está referenciado nos princípios norteadores do atual Plano Nacional de Turismo “Mais emprego e renda para o Brasil” (2018 – 2022), fundamentado na descentralização das decisões e ações nos âmbitos estadual, regional e municipal. O Plano orienta o desenvolvimento turístico contemplando metas, diretrizes, linhas de atuação e estratégias. Possibilita novas reflexões para fundamentar a tomada de decisões acerca das políticas nacionais, impulsionando o compartilhamento de informações que são inerentes ao desenvolvimento regional e ao crescimento dos municípios.

Por fim, afirmamos que o Programa de Regionalização do Turismo propõe o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, integrando os diferentes atores públicos, privados e da sociedade civil.

De acordo com as Diretrizes Políticas do Programa, regionalizar é transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora regional, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local, regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada.

2.5 Desenvolvimento Sustentável Local – DSL

O desenvolvimento sustentável local se semeia como uma proposta diferenciada de visão racional e ampliada, e vem se constituindo numa

alternativa viável e não apenas como uma utopia, apresentando-se essencialmente pelas condições atuais da sociedade carente de novo paradigma emergente de desenvolvimento.

As diversas compreensões e significações relacionadas ao conceito de desenvolvimento sustentável local, se consolidam como temas centrais da atualidade conferindo uma série de implicações e princípios éticos, que vêm sendo inseridos e aplicados nos contextos acadêmicos, segmentos sociais, planos e processos de desenvolvimento, inclusive do fenômeno turístico.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002, p.40)

Colaborando com o trabalho (Buarque, 2004, p. 58) afirma: “o desenvolvimento local sustentável é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações”.

Cuello Nieto (1997, p. 89) argumenta que o desenvolvimento sustentável local deveria ser tratado diferentemente das abordagens tradicionais de desenvolvimento, pois estas abordagens tradicionais enfatizam o crescimento e não o progresso. Ou seja, o conceito de desenvolvimento sustentável local deve ser visto como uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, o qual está associado a crescimento material, quantitativo da economia.

Deve-se ter em mente que crescimento é uma medida quantitativa do desenvolvimento humano e uma fonte de muitos problemas socioeconômicos e ambientais (intencionais ou não), enquanto que progresso é um conceito qualitativo indicando um melhor estado de existência (LÉLÉ, 1991; CUELLO NIETO, 1997).

Desta forma, o desenvolvimento sustentável local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança e, para ser consistente e sustentável, deve levar ao dinamismo e à viabilidade econômica, mobilizando e explorando as potencialidades locais e contribuindo para elevar as oportunidades sociais e,

ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são as bases de suas potencialidades.

O desenvolvimento endógeno é um processo de crescimento econômico e mudança estrutural, liderado pela comunidade local, que busca satisfazer as suas necessidades e demandas por meio de sua participação ativa nos processos de desenvolvimento (PADÍN FABEIRO, 2004, 87).

A perspectiva do desenvolvimento sustentável local acontece quando se direciona a dimensão humana e as pessoas envolvidas são beneficiadas em seus territórios. O turismo se vincula a esta perspectiva, no intuito de propiciar melhorias nos espaços onde as atividades turísticas são desenvolvidas sustentavelmente.

A distribuição dos benefícios representa uma questão central na ética da sustentabilidade do turismo. Nesse sentido, como o turismo pode representar a base de economias locais, pode oferecer também condições para novas perspectivas de desenvolvimento, beneficiando a população autóctone. Dessa maneira, é possível socializar as oportunidades, estimulando o surgimento de experiências que promovam o desenvolvimento local (CORIOLANO, 1998, 67).

O desenvolvimento sustentável local do turismo, apesar de ser considerado por alguns autores como utópico, provoca o desafio da sua aplicação e operacionalização numa forma de desenvolvimento mais responsável, consonante com o almejo das aspirações dos princípios da sustentabilidade.

A abordagem que deve ser dada ao turismo sustentável é a de direcioná-lo operacionalmente ao planejamento futuro, com esforços sistemáticos para consolidação de melhores condições na qualidade de vida de comunidades locais, na organização econômica e na conservação do meio ambiente.

Nesse contexto, os esforços recentes de desenvolvimento, inclusive do turismo, vêm reconhecendo os desafios atuais relacionados às questões ambientais, sociais, econômicas e ecológicas, almejando também ações responsáveis de desenvolvimento na busca da sustentabilidade local.

Portanto, para se consolidar como atividade responsável e ambientalmente adequada, é necessário o planejamento turístico integrado ao

desenvolvimento regional, envolvendo a participação ativa da população local, tanto no processo de definição dos objetivos, como na elaboração de instrumentos, procedimentos e de indicadores para análise da sustentabilidade e gestão do desenvolvimento local do turismo sustentável.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente documento, apresenta como método de pesquisa a bibliográfica e a descritiva.

É considerada pesquisa bibliográfica porque foi realizada uma investigação em material teórico, obedecendo as etapas de identificação, localização, compilação e fichamento das informações referentes ao tema explorado.

Adiciona-se a isso, a pesquisa descritiva, pois busca essencialmente ordenar dados, sem o objetivo de comprovar ou refutar hipóteses exploratórias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo sobre a relação entre as teorias que tratam das políticas públicas de fomento ao turismo e as que abordam o desenvolvimento sustentável local.

Com base nos dados coletados, é possível confirmar a importância da atividade turística e das políticas públicas de fomento ao turismo, tendo em vista o impacto das mesmas, em especial, nas questões de ordem econômica e social. Indicadores ligados a inclusão social, elevação da renda, melhoria da qualidade de vida, e preservação ambiental, podem ser influenciados positivamente, a partir de uma atividade turística planejada e participativa. Neste sentido, as políticas públicas de fomento ao turismo, não apenas atende ao trade turístico, mas tende a contribuir com o desenvolvimento local sustentável.

Entretanto, é importante ressaltar que se não houver engajamento dos governos, das empresas e da sociedade como um todo, no sentido de planejar a atividade turística de forma a torna-la sustentável, os impactos dessa, tão importante atividade, pode gerar mais prejuízos que ganhos, em especial, no que tange ao meio ambiente.

A sensibilização, mobilização e compartilhamento de ideias, ações e objetivos, entre todos os envolvidos, pode exigir maior tempo e recurso, mas é indispensável para uma gestão sustentável da atividade turística no espaço local.

Este trabalho, abre espaço para discussão, nos âmbitos acadêmicos, sociais e empresariais, sobre a importância de alinhar as políticas públicas de fomento ao turismo e as que tratam do desenvolvimento local em bases sustentáveis, o que elevaria as chances de obter ganhos, sistemáticos, nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, e promover o desenvolvimento sustentável local, tendo como maior propulsor o turismo.

Portando, concluímos que é de suma importância termos uma atividade turística bem planejada dentro dos padrões das políticas públicas sob a ótica do desenvolvimento sustentável, pois a experiência de planejamento com participação comunitária está avançando e requerendo dos formuladores de políticas governamentais novas referências. Essa pode ser a grande chance de a sociedade civil organizada exercer plenamente seus direitos e decidir os rumos do desenvolvimento. Desse modo, todos os setores, podem ter importantes ganhos em se tratando de políticas públicas inovadoras e que tragam modelos sustentáveis do ponto de vista social e econômico.

REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 4. ed. rev. São Paulo: SENAC, 2001.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 8ª ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BINSWANGER, H.C. **Fazendo a sustentabilidade funcionar**. In: CAVALCANTI, C. (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. 436p.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. São Paulo: EDUSC, 2002.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 180 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes operacionais**. Brasília, 2004a.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes políticas**. Brasília, 2004b.

CASTRO, Celso Antônio P. de; FALCÃO, Leonor Peçanha. **Ciência política: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2004.

CORIOLOANO, L.N.M.T. **Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável**. In: _____. (Org.) **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE – Universidade Estadual do Ceará, 1998. p. 110-121.

CRUZ, R. C. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R., MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Globalização do Turismo: Megatendências do Setor e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Aleph, 2002.

_____. **Política e estratégia de desenvolvimento regional: planejamento integrado do turismo**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. cap. 6.

LOBATO, Fabiana Mendes. **Descentralização das Políticas Públicas de Turismo: a municipalização do turismo no Maranhão**. São Paulo, 2001.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** – 5. ed. – São Paulo: Atlas 2003.

MTur. (MINISTÉRIO DO TURISMO). Disponível em: www.turismo.gov.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.

Organização Mundial do Turismo (OMT). **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: Planejamento e Gestão.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

PIMENTA, Maria Alzira. **Gestão de Pessoas em Turismo: sustentabilidade, qualidade e comunicação.** Campinas, SP: Alínea, 2006.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos.** In: Maria das Graças Ruas; Maria Izabel Valladão de Carvalho. (Org.). **O estudo da política.** Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente.** São Paulo, Papyrus, 1997.

SANTANA, Agustín. **Antropologia do Turismo: Analogias, Encontros e Relações.** São Paulo: Aleph, 2009.

SOLHA, Karina Toledo. **Política de turismo: desenvolvimento e implementação.** In: RUSCHMANN, Doris; SOLHA, Karina Toledo (Org.) **Planejamento turístico.** Barueri, SP: Manole, 2006. cap. 5.

URRY, Jonh. **O Olhar do Turista.** São Paulo, SP: Studio Nobel, SESC, 1996.

_____. **O Olhar do Turista: Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas.** São Paulo: SESC, 2001.

VIEIRA, A. R. M. **Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luís-MA.** Brasília, 2011. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília.